

JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

Volume 2, Número 1, Maio de 2013

Dossiê Primavera Árabe

Democracia Árabe ou Revolução Islâmica?

Hillel Fradkin

Não Haverá uma Revolução Islâmica

Olivier Roy

Dossiê China

**Reforma de Cima para Baixo ou
Revolução de Baixo para Cima?**

Cheng Li

Autoritarismo e Contestação

Zhenhua Su, Hui Zhao e Jingkai He

**O Putinismo sob Cerco:
Implosão, Atrofia ou Revolução?**

Lilia Shevtsova

CONSELHO EDITORIAL

Bernardo Sorj
Sergio Fausto
Diego Abente Brun
Mirian Kornblith

CONSELHO ACESSOR

Fernando Henrique Cardoso
Antonio Mitre
Larry Diamond
Marc F. Plattner
Simon Schwartzman

TRADUÇÃO

Global Translations

REVISÃO TÉCNICA

Rodrigo Brandão (coord.)
Isadora Feitoza de Carvalho
Gabriela Gasparotto Souza

Apresentação

Egito, China e Rússia têm ocupado espaço crescente do noticiário internacional pela emergência de movimentos de contestação à ordem política estabelecida. No Egito, a contestação se transformou em revolta popular e resultou em mudança de governo e do regime político. Não é claro, todavia, dado o alto nível de instabilidade, quais serão as características – se mais ou menos democráticas – da nova ordem política em formação no maior país muçulmano do mundo árabe, peça-chave no complexo tabuleiro geopolítico do Oriente Médio. Na China e na Rússia, o cenário é outro. Nesses países, a ordem política estabelecida demonstra maior capacidade de reprimir e absorver os movimentos de contestação. Ainda assim, a incerteza política e o risco de instabilidade cresceram nas duas potências, ambas com assento no Conselho de Segurança da ONU e com relevância geopolítica global.

Os dois artigos que abrem esta edição apresentam visões contrapostas sobre os desdobramentos das “revoluções” no mundo árabe, em geral, e no Egito, em particular. Hillel Fradkin, do *think tank* conservador Hudson Institute, argumenta que está em curso uma revolução islâmica no Egito. Por trás de um discurso moderado e de adaptações táticas às circunstâncias, a Irmandade Muçulmana, principal força política do país, à qual pertence o presidente eleito, Mohamed Morsi, não teria abandonado o objetivo último de estabelecer um Estado islâmico. Esse propósito coincidiria com a aspiração do Egito “profundo”. A liderança da Irmandade Muçulmana e a maioria eleitoral islâmica condenariam as minorias urbanas, liberais e seculares a derrotas sucessivas até a eliminação de qualquer vestígio de democracia no país. O espectro do Irã ronda o Egito, na visão de Fradkin. As consequências para a região e para o mundo seriam funestas.

Olivier Roy, do European University Institute, discorda frontalmente. Em resposta a Fradkin, critica-o pela obsessão com uma suposta essência ideológica imutável da Irmandade Muçulmana. Que ela não é liberal e fará o que estiver ao seu alcance para manter e expandir o poder conquistado nas urnas, Roy não discute. Assim como não descarta que o Egito retroceda para um regime autocrático. Mas o novo regime não será expressão do islamismo radical. Um governo não democrático da Irmandade – se vier a existir— será social e culturalmente conservador, mas não revolucionário. O espectro do Irã não ronda o Egito. Ali, não há clero revolucionário coeso, líder carismático como foi o aiatolá Khomeini, organizações paramilitares capazes de se contrapor às Forças Armadas. Nem o Estado teocrático temido por Fradkin, nem necessariamente a democracia sonhada pelos jovens da Praça Tahrir. Para Roy, o futuro previsível do Egito se situará em algum lugar entre esses dois modelos.

O outro par de artigos desta edição é antes complementar do que antagonico entre si. “Reforma de cima para baixo ou revolução de baixo para cima”, de Cheng Li, da Brookings Institution, e “Autoritarismo e Contestação”, de Zhenhua Su *et alli*, professor da Universidade de Zhejiang, dão sequência ao “dossiê” sobre a China, iniciado no número anterior. Ambos colocam em xeque a tese de que o Estado e o Partido Comunista da China são invulneráveis aos impactos das transformações socioeconômicas em curso no país. Assinalam que a tese da invulnerabilidade do regime subestima não apenas os seus conflitos internos em torno da agenda de reformas, mas também a insatisfação social com o enorme poder monopolizado pelo partido, desgastado por sucessivos casos de corrupção e pela gestão desastrosa de crises sociais ou ambientais localizadas, mas frequentes. Os autores se referem ao número crescente de “incidentes de massa” (expressão oficial para protestos coletivos). A resposta do regime tem sido essencialmente repressiva. Os gastos com a manutenção da “estabilidade social” aumentaram a ponto de

equiparar-se às despesas com a defesa externa do país, afirmam. Seria insustentável a tentativa de encapsular repressivamente uma sociedade cada vez mais urbanizada, dinâmica e insatisfeita com a concentração de poder, riqueza e privilégios nas mãos da burocracia estatal e partidária, e de empresários com conexões especiais com os donos do poder. A questão que se coloca, para os autores, é se o medo de uma explosão social generalizada será suficiente para que a nova liderança chinesa se arrisque a fazer reformas que reduzam os privilégios do Estado e do Partido Comunista e ampliem a autonomia econômica e política da sociedade chinesa.

A perda de apoio social de regimes não democráticos é tema também do artigo que fecha esta edição. Sob a liderança de Vladimir Putin, se estabeleceu na Rússia um regime de poder crescentemente autoritário e personalista, a despeito da realização de eleições e da manutenção de um sistema pluripartidário. Em “O Putinismo sob Cerco: implosão, atrofia ou revolução?”, Lilia Shevtsova, do Centro Carnegie, de Moscou, descreve as características e analisa as causas do “Movimento de Dezembro”, a onda de protestos deflagrada ao final de 2011 depois que o partido de Putin conquistou a maioria parlamentar em eleições consideradas fraudulentas. Os protagonistas dos protestos foram membros da classe média dos principais centros urbanos do país, em geral mais jovens e mais instruídos que a média da população. A fraude eleitoral foi a gota d’água em um copo cheio de frustrações com as promessas de modernização política. Com Putin reeleito à presidência, em março de 2012, os protestos refluíram, não apenas pela ampla vitória eleitoral do líder russo, mas também pelas próprias dificuldades de organização e unificação do heterogêneo “Movimento de Dezembro”. Shevtsova, todavia, argumenta que as causas profundas dos protestos continuam presentes. A autora descrê da capacidade de auto-reforma do sistema de poder organizado por Putin. Reconhece, porém, que ele se assenta, por ora, em pilares suficientemente fortes para sustentá-lo: os interesses do complexo militar-industrial e de

energia, o nacionalismo russo e a apreensão dos governos ocidentais que preferem uma Rússia estável, ainda que não democrática, a uma Rússia em vias de mudanças imprevisíveis.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Diretores de Plataforma Democrática

Dossiê China

REFORMA DE CIMA PARA BAIXO OU REVOLUÇÃO DE BAIXO PARA CIMA?*

Cheng Li

*Cheng Li é diretor de pesquisa e pesquisador sênior do John L. Thornton China Center da Brookings Institution. Entre seus livros, estão *The Political Mapping of China's Tobacco Industry and Anti-Smoking Campaign* (2012) e *The Road to Zhongnanhai* (2012, em chinês).*

Ultimamente, a República Popular da China (RPC) tem sido afetada por agitações sociais generalizadas, crescimento econômico vagaroso e corrupção oficial desenfreada, conforme revelado pelo escândalo de Bo Xilai. No entanto, menos óbvio para o resto do mundo é o intenso debate sobre duas perspectivas fortemente contrastantes e polêmicas sobre o futuro do país no curto e médio prazos. Tais visões refletem interpretações bastante distintas da situação socioeconômica e da provável trajetória política do país mais populoso do mundo.

O primeiro cenário prevê uma abrupta revolução de baixo para cima, avaliação essa que vem gerando acalorados debates intelectuais e políticos na RPC. Em dezembro de 2011, Han-Han (um autor de 30

*Publicado originalmente como “China at the Tipping Point? Top-Level Reform or Bottom-Up Revolution?”, *Journal of Democracy*, Volume 24, Número 1, Janeiro de 2013 © 2013 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

anos que é sucesso de vendas e cujo blog é o mais popular da China, com 580 milhões de acessos registrados) publicou um trabalho que se tornou bastante famoso: *On Revolution* (“Sobre a Revolução”)¹. Embora Han afirme que “uma revolução dificilmente seja uma boa opção para a China”, sua intrigante opinião sobre a escolha entre reforma e revolução refletiu nitidamente – e aumentou bastante – a consciência do público sobre o risco de uma revolução ocorrer no país.

Além disso, nos dias de hoje, um dos livros mais populares nos círculos intelectuais da RPC é a tradução chinesa do clássico de 1856 de Alexis de Tocqueville, *The Old Regime and the Revolution* (“O Antigo Regime e a Revolução”). Uma passagem citada com frequência é o argumento de Tocqueville de que revoluções normalmente ocorrem não quando o antigo regime resiste a mudanças, mas sim quando ele começa a tentar reformar somente para atender expectativas de modo a afastar qualquer possibilidade de melhoria.

O segundo cenário é a reforma que vem de cima, a qual as elites do Partido Comunista Chinês (PCC) chamam de “reforma de cima para baixo” (*top-level reform*) ou “modelo de reforma de cima para baixo” (*top-level design of reform*) (*gaige de dingceng sheji*). Este último termo foi ouvido pela primeira vez em uma reunião da cúpula do PCC em outubro de 2010². Ele está relacionado ao entendimento recente dos líderes do Partido de que a China enfrenta um sério problema em relação à reforma, não podendo mais se dar ao luxo de “cruzar o rio sentindo as pedras”, como diz a expressão chinesa. Em suma, reformas improvisadas precisam abrir caminho para um conjunto mais metódico e profundo de mudanças. Além disso, com tantos dos atuais problemas econômicos da China surgindo de impasses e obstáculos relacionados ao sistema político, uma reforma política básica também deverá fazer parte da agenda.

De acordo com aqueles que defendem uma reforma de cima para baixo, a China precisa de uma coordenação melhor entre políticas so-

cioeconômicas e desenvolvimento político, juntamente com mudanças estruturais que sejam mais coerentes. A abordagem mais antiga, de baixo para cima, que dá ênfase a eleições populares, deve ceder espaço, dizem eles, a um novo roteiro que inclua eleições dentro do PCC para a escolha dos líderes nacionais do Partido, um sistema institucionalizado e mais eficaz de pesos e contrapesos e uma reforma judicial³.

É extremamente importante que os analistas estrangeiros entendam o atual discurso chinês em relação a três questões básicas: 1) o impacto da crise de Bo Xilai sobre a trajetória política da China, 2) os possíveis desencadeadores de revoltas e iniciativas sociopolíticas e 3) as proteções institucionais com as quais a liderança do PCC possa abrir caminho para uma mudança do sistema. Os analistas estrangeiros precisam repensar a tese do “autoritarismo resiliente”* (*authoritarian resilience*), uma visão predominante nos estudos estrangeiros sobre a política chinesa, que afirma ser o autoritarismo chinês “resiliente” ou “forte”⁴. Essa visão subestima tanto a vulnerabilidade inerente do sistema de partido único, como o crescente ressentimento que o público nutre em relação ao enorme poder e riqueza dos líderes do PCC.

1) Bo Xilai e a Ilusão de Meritocracia no PCC. Em 2012, o caso de Bo Xilai expôs as falhas profundas do sistema político. Embora o PCC seja culpado pela repressão política e por graves erros durante seu longo governo, seus principais líderes não são conhecidos por assassinatos ao estilo de organizações criminosas. Porém, a esposa de Bo foi declarada culpada de planejar o assassinato de um empresário britânico e seu ex-tenente, o chefe de polícia de Chongqing, também foi considerado culpado por abuso de poder. A população fica se perguntando: qual expectativa de impunidade levou Bo – bastante conhecido como chefe do Partido em Chongqing e uma estrela em ascensão nas altas esferas do PCC – a participar dos crimes alegados em sua longa ficha de acusações? Como pôde esse líder de mão de ferro, mais famoso por reprimir o crime organizado em Chongqing, ter comandado a polícia local de um modo desregrado e às vezes totalmente

*Nota dos editores: um corpo resiliente é resistente por ser capaz de se adaptar a mudanças ou, finda a pressão a qual é submetido, se recobrar facilmente.

criminoso?

A atual liderança do PCC qualifica esses incidentes como “isolados e excepcionais”, mas muitos intelectuais da RPC afirmam que a corrupção oficial desenfreada – em especial, quando envolve parentes dos altos líderes do Partido – exemplifica uma forma particularmente decadente de capitalismo de comparsas (*crony capitalism*), o qual, nos últimos tempos, tem sido mais a regra do que a exceção⁵. Além do escândalo de Bo, outro caso de corrupção é o envolvimento de ex-altos funcionários do Ministério das Estradas em esquemas de suborno que somam bilhões de dólares americanos. Ainda pendente, esse outro escândalo mostrou claramente ao público que a corrupção da elite nacional está ocorrendo em um nível nunca visto antes⁶.

Uma das acusações oficiais contra Bo é a de que “ele tomou decisões erradas na promoção de seus funcionários, o que resultou em sérias consequências”. Críticos chineses acham essa acusação bastante irônica e perguntam por que aqueles que promoveram Bo não deveriam também ser responsabilizados por suas próprias e ainda maiores “decisões equivocadas”. De uma forma dramática e surpreendente, o imbróglio de Bo desvirtua a ideia – tão central para a tese do autoritarismo resiliente – de que a elite do PCC é, de alguma forma, uma meritocracia. Aos olhos do povo chinês, o atual método de escolha dos líderes da RPC – baseado em nepotismo, relações clientelistas, manipulações secretas feitas por políticos de peso, credenciais acadêmicas falsas e até o uso de propinas para “comprar cargos” (*maiguan*) – parece estar baseado em qualquer coisa *menos* no mérito⁷. Isso coloca em jogo a legitimidade da liderança do PCC como um todo. O julgamento de Bo (previsto para ocorrer em 2013) poderá se transformar em um julgamento do monopólio do poder pelo PCC, monopólio este que tornou possível a década de abusos de poder por parte de Bo.

Deve-se observar que Bo ainda tem um número significativo de seguidores na China. Suas opiniões altamente nacionalistas, sua ten-

dência ao uso da violência para resolver conflitos socioeconômicos, sua marcante aversão a ricos e sua reputação de líder que pode resolver as coisas são características que repercutem profundamente em alguns grupos da sociedade chinesa. Além disso, a menos que a China altere profundamente seu método de governo, demagogos ainda mais cínicos e desprezíveis do que Bo poderão muito bem surgir no futuro.

2) Uma Revolução de Baixo para Cima em Formação? Certamente, a crise de legitimidade do PCC originada pelo incidente de Bo não é o único fator capaz de causar uma revolta sociopolítica. Depois de mais de duas décadas de crescimento econômico excepcionalmente rápido, a China tem experimentado uma desaceleração. Essa retração não surgiu apenas de gargalos políticos, mas também de falhas no sistema autoritário da RPC, tornando-se, assim, um gatilho para crises políticas. O crescente poder oligárquico das empresas estatais – sobretudo das principais grandes empresas – é amplamente visto como responsável por uma corrupção maciça que impede o investimento privado, achata a classe média e retarda a inovação que a China precisa atingir para realizar a transição de uma economia voltada à exportação para uma economia voltada ao consumo e à inovação.

O sentimento de incerteza política – e, entre outros, o temor de desastres socioeconômicos – está em alta na China. Muitos se preocupam com a degradação ambiental, riscos à saúde pública e todos os tipos de problemas de segurança pública. A ansiedade e o descontentamento atingem todas as classes socioeconômicas. O grande fluxo de capital que saiu da China nos últimos anos é um sinal de que as próprias elites não têm confiança na estabilidade política do país.

De acordo com um relatório de 2011 da Global Financial Integrity (GFI), de 2000 a 2009, a saída de capital ilegal da China foi a maior do mundo, totalizando US\$ 2,7 trilhões⁸. O último relatório da GFI, divulgado em outubro de 2012, mostrou que o cumulativo de fluxos financeiros ilícitos da China totalizou US\$ 3,8 trilhões no período de 2000 a 2011⁹.

A aversão da classe média em relação às políticas do governo tem se tornado cada vez mais evidente nos últimos anos. Uma taxa de desemprego de cerca de 20% entre os universitários formados recentemente (que, em geral, vêm de famílias de classe média e presume-se que serão membros da futura classe média chinesa) deveria ser um sinal alarmante para o governo chinês. Tendo em vista a dificuldade para se obter um empréstimo para pequenas empresas, a natureza opaca e mal regulamentada do mercado de ações da China e a falta geral de oportunidades de investimentos, a poupança da classe média chinesa tem sido intensamente investida em imóveis. O pesadelo da explosão de uma bolha imobiliária é uma possibilidade real: algumas regiões estão ocupadas por áreas enormes, porém desabitadas, de novas construções, conhecidas como “cidades-fantasma”. Um estudo realizado pela Secretaria de Segurança Municipal de Pequim revelou que há 3,8 milhões de residências vagas somente na capital¹⁰.

Mais abaixo da escala social, a escassez de mão-de-obra que tem afetado algumas cidades costeiras nos últimos anos reflete a crescente conscientização dos direitos individuais entre “grupos sociais vulneráveis”. Sobretudo os trabalhadores migrantes vão de emprego em emprego buscando um salário melhor. No entanto, a política de urbanização da China é visivelmente desfavorável a eles. Esses trabalhadores se ressentem ao verem famílias de classe média com várias casas e funcionários corruptos ou empresários ricos comprarem suntuosas casas de campo para suas amantes.

Dado o interesse da elite do PCC em preservar seu controle sobre o poder, não é surpresa que a polícia tenha se tornado mais poderosa, com influência sobre a política socioeconômica, o que é compatível com seus orçamentos maiores. Atualmente, o valor total gasto com a “manutenção da estabilidade social” excede o montante destinado à defesa nacional¹¹. O crescente poder da polícia tem criado um círculo vicioso no qual, quanto mais duramente ela reprime agitações

sociais, mais violenta e generalizada essas agitações se tornam. Com tantas fontes de ressentimento social, de possíveis gatilhos para novas tensões e de tendências que perturbam a ordem, não se deve desconsiderar tão rapidamente o cenário de uma revolução de baixo para cima.

3) A Democracia Dentro do Partido Funcionará? Diante do presságio sinistro da crise de Bo Xilai e por tornar pública a lavagem de roupa suja no interior do PCC – bem como de outras tantas fontes e gatilhos de uma revolução de baixo para cima –, quais são as perspectivas de que a liderança do Partido recorra a uma reforma política do sistema com o objetivo de se salvar? O partido tem alguma chance?

Desde a época de Deng Xiaoping (e, especialmente, nos últimos dez anos), algumas reformas institucionais destinadas a promover a democracia dentro do PCC têm sido colocadas em prática de modo gradual. As autoridades e a mídia controlada pelo Estado muitas vezes falam de “democracia dentro do Partido” como um sinônimo de um sistema de pesos e contrapesos institucionalizado dentro do PCC. Em setembro de 2009, a quarta sessão plenária do XVII Comitê Central exigiu a promoção da democracia dentro do Partido e a caracterizou não só como a “força vital” do PCC, mas também como o principal fator a determinar se ele seria capaz de manter sua posição de primazia no futuro.

É compreensível que os líderes do Partido e seus assessores estejam inclinados a promover experiências democráticas dentro da agremiação ou, em outras palavras, a realizar uma reforma política progressiva e administrável. O PCC é o maior partido governamental do mundo, sendo formado por 4 milhões de seções de base e 83 milhões de membros. Na ausência de uma oposição organizada, é difícil esperar que a China subitamente adote um sistema político multipartidário. Diante dessas circunstâncias, uma forma de democracia dentro do Partido – caracterizada pela concorrência entre as elites, equilíbrio de poder entre as facções e ligações com diferentes grupos de interesse da sociedade chinesa – pode muito bem ser uma maneira mais realista de se promover a democracia no país.

O caminho para a democracia varia de nação para nação e depende muito das circunstâncias históricas e sociopolíticas de um país. Os líderes chineses e os intelectuais públicos têm todo direito de argumentar que a versão de democracia da RPC terá e deveria ter suas próprias características ou mesmo características únicas. Afinal, os regimes democráticos encontrados na Índia, na Indonésia, no Reino Unido e nos Estados Unidos são diferentes uns dos outros de várias maneiras significativas. Além disso, assim como atestam os casos do Japão e do México, é possível que uma democracia passe por longos períodos de governo de partido único sem perder o direito de ser chamada de democracia. Uma relação dinâmica de pesos e contrapesos entre as facções do partido no poder é muitas vezes a chave para essa realização.

Na China de hoje, a democracia dentro do PCC não é apenas retórica. Vários desenvolvimentos institucionais importantes já mudaram o modo como a elite política da China faz negócios. Atualmente, os ocupantes dos altos postos do Partido e do Estado têm um mandato máximo de cinco anos e nenhum funcionário pode ter mais de dois mandatos. Os líderes acima de um certo nível não podem ultrapassar um limite determinado de idade. Por exemplo, todos os membros do Comitê Central do PCC nascidos antes de 1940 se aposentaram desse órgão no Congresso do Partido de 2007. Do mesmo modo, todos os membros do Comitê Central nascidos antes de 1944 se aposentaram do órgão no Congresso do Partido de 2012. O PCC endossou um método chamado “eleição de mais candidatos do que cadeiras” (*cha'e xuanju*) para escolher os membros do Comitê Central e outros órgãos superiores. Essas regras e normas não apenas geram um senso de consistência e justiça na escolha dos líderes, como também aceleram a rotatividade dentro da elite¹².

Todavia, essas experiências de democracia dentro do Partido têm feito pouco progresso desde 2009. O escopo e a escala da concorrência no interior do PCC não aumentaram muito nas últimas duas décadas. Apesar de promessas que dizem o contrário, os altos cargos de dife-

rentes níveis continuam a não ser preenchidos por meio de eleições com vários candidatos.

No entanto, continua a ser importante o fato de a liderança do PCC estar estruturada em torno de duas coalizões ou facções informais que se controlam e equilibram mutuamente. Esse não é o tipo de sistema institucionalizado pelo qual, digamos, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do governo americano se controlam mutuamente. Mas, sem dúvida, representa uma grande mudança em relação às fortes tradições autoritárias das épocas de Mao ou Deng e está modificando o funcionamento da política intrapartidária nos níveis mais altos.

Os dois grupos podem ser rotulados de “coalizão populista”, liderada pelo carismático presidente Hu Jintao, e “coalizão elitista”, formada durante a época de Jiang Zemin e liderada atualmente pelos principais pupilos de Jiang. No XVIII Congresso do Partido, em novembro de 2012, Xi Jinping, da facção elitista, se tornou secretário-geral do Partido, enquanto Li Keqiang, da facção populista, foi designado primeiro-ministro da China. Essa divisão de poder é conhecida como um mecanismo político de “um partido, duas coalizões”.

Essas duas coalizões representam diferentes eleitorados tanto no âmbito socioeconômico, como no geográfico. A maioria dos altos líderes da coalizão elitista, por exemplo, é composta de “príncipes” de famílias de revolucionários veteranos e autoridades de alto nível. Em muitos casos, esses príncipes começam suas carreiras em cidades litorâneas ricas e economicamente bem desenvolvidas. A coalizão elitista normalmente representa os interesses dos empreendedores chineses.

Em contraste, a maioria dos principais personagens da coalizão populista vem de famílias menos privilegiadas. Em geral, grande parte de sua experiência de liderança é desenvolvida em províncias interiores menos desenvolvidas. Muitos desses líderes começam suas respectivas trajetórias políticas na liderança da Liga da Juventude Comunista Chinesa e são conhecidos como *tuanpai* (facção da Liga).

Os populistas muitas vezes expressam as preocupações dos grupos sociais vulneráveis, como agricultores, trabalhadores migrantes e a população urbana pobre.

Os líderes dessas duas facções concorrentes diferem em conhecimento, credenciais e experiências. Todavia, eles entendem que devem encontrar uma base comum para coexistir e governar efetivamente, especialmente em tempos de crise – e os dias de hoje são um desses momentos. Um líder de facção, como o príncipe Bo Xilai, pode cair por causa de um escândalo, mas as facções em si são fortes demais para serem desmanteladas.

No entanto, a ascensão de uma forma atenuada de “bipartidarismo” chinês dentro das esferas de liderança pode não ser suficiente para salvar o PCC. Fazer acordos, dividir poder e fazer concessões pode ser difícil. Além disso, a existência de mais candidatos do que vagas a serem preenchidas cria naturalmente um senso de ganhadores e perdedores. Também não faltam problemas litigiosos: há sérias questões surgindo sobre como distribuir melhor os recursos nacionais, os métodos ideais para combater a corrupção, a criação de um sistema público de saúde, a construção de casas mais acessíveis nas cidades e a reforma das finanças e da posse de terras rurais. É possível que seja formado um consenso sobre esses assuntos amplo e forte o suficiente para apoiar um governo eficaz? A pergunta continua em aberto.

A necessária reforma política da China pode acabar sendo prorrogada devido à resistência de alguns líderes conservadores de peso e de fortes grupos de interesse, como grandes firmas monopolizadas pelo Estado. No entanto, a demanda pública por um sistema político mais competitivo, mais institucionalizado e mais transparente apenas ganhará força. A concorrência e a cooperação entre as facções da alta liderança poderão ser ainda mais significativas, pois tais grupos estão de acordo em relação aos desejos das novas forças estabilizadoras – nenhuma das quais existia em 1989 – para a China. Em conjunto com

uma classe média maior, o país tem um discurso legal mais afirmativo a favor do constitucionalismo e de fortes medidas para frear a corrupção e os abusos de poder. A mídia também está mais comercializada e influente, tendo as mídias sociais atingido um nível de disseminação que ninguém poderia imaginar alguns anos atrás.

Vários outros grupos de interesse, inclusive *lobbies* comerciais estrangeiros, se tornaram mais numerosos. E, mais importante, há uma percepção generalizada de que a China, apesar de seus problemas econômicos, está mais em alta do que em queda. Todos esses fatores deverão aumentar a confiança da população de que uma transformação política poderia funcionar e levar a uma China mais livre e mais aberta.

Por enquanto, a dinâmica competitiva dentro da liderança coletiva do PCC deverá fazer com que os *lobbies* sejam mais transparentes; a política entre as facções, mais legítima; as regras e as leis, mais respeitadas; as eleições, mais genuínas; e as elites, mais responsáveis e representativas. Poderia o próprio PCC se dividir formalmente entre os campos elitista e populista? Não é difícil imaginar que isso aconteça. Na melhor das hipóteses, a divisão será mais progressiva do que traumática, a violência será ausente ou mínima e o exemplo de eleições e concorrência dentro do PCC irá, por meio de um clássico “efeito de demonstração”, promover a demanda por eleições gerais para todo o país.

Ao longo da próxima década – aproximadamente –, o futuro do Império do Centro dependerá da dinâmica entre o medo da revolução e a esperança de uma reforma política. A ameaça da revolução vinda de baixo pode pressionar a elite a buscar uma reforma política incremental, mas ousada. Contudo, se a reforma falhar, a revolta pode muito bem ser o desfecho. E o drama resultante, para onde quer que ele conduza, terá – sem dúvida – profundas ramificações muito além das fronteiras da China.

NOTAS

1. “On Revolution” foi um dos três artigos da série que Han Han escreveu às vésperas de 2012. Os outros dois foram “On Democracy” e “On Freedom”. http://blog.sina.com.cn/s/article_archive_1191258123_201112_1.html. Para mais discussão, consulte de Eric Abrahamsen, “Han Han’s U-Turn?” *International Herald Tribune*, 26 de janeiro de 2012, disponível na página <http://latitude.blogs.nytimes.com/2012/01/26/blogger-han-han-controversy-on-democracy-in-china>.

2. Zou Dongtao, Zhou Tianyong, Chi Fulin, e Li Zhichang, “Dingceng sheji—Gaige fanglie de yige zhongda fazhan” [Modelo de alto nível: importante desenvolvimento estratégico da reforma] *Beijing ribao* [Beijing daily], 24 de janeiro de 2011, disponível na página <http://theory.people.com.cn/GB/13796713.html>.

3. Liu Junxiang, “Jingying minzhu—Zhongguo dingceng zhenggai xiwang” [Elite Democracy: The hope of China’s top level political reform] *Wenzhai* [Digest], 22 de outubro de 2012, disponível na página www.21ccom.net/articles/zgyj/xzmj/article_2012102269487.html.

4. David Shambaugh, por exemplo, observou que o PCC é uma “instituição razoavelmente forte e resistente”. *China’s Communist Party: Atrophy and Adaptation* (Washington, D.C.: Woodrow Wilson Center Press, 2008), 176. Ver também de Andrew J. Nathan, “China’s Changing of the Guard: Authoritarian Resilience,” *Journal of Democracy* 14 (janeiro de 2003): 6–17; e de Alice Miller, “Institutionalization and the Changing Dynamics of Chinese Leadership Politics,” in Cheng Li, ed., *China’s Changing Political Landscape: Prospects for Democracy* (Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2008), 61–79.

5. Em março de 2012, por exemplo, o cientista político da Universidade de Renmin, Zhang Ming, lançou uma forte crítica sobre a corrupção oficial generalizada. Levaria outros poucos meses para a mídia estrangeira começar a investigar as “árvores genealógicas” do capitalismo de comparsas entre a liderança chinesa. Veja de Zhang Ming, “Zhongguo xiang he chuqu?” [Whither China?], *Ershiyi shiji* [Twenty-first century], 3 de março de 2012. Sobre o esforço das autoridades do PCC para tornarem o caso Bo “isolado e excepcional”, veja Sina News, 25 de maio de 2012, disponível na página <http://news.sina.com.hk/news/1617/3/1/2673095/1.html>

6. Veja de Evan Osnos, “Boss Rail: The Disaster That Exposed the Underside of the Boom,” *New Yorker*, 22 de outubro de 2012, disponível na página www.newyorker.com/reporting/2012/10/22/121022fa_fact_osnos#ixzz2Abq3Ok11.

7. Veja de Minxin Pei, “The Myth of Chinese Meritocracy,” *Project Syndicate*, 14 de maio de 2012, disponível na página www.project-syndicate.org/commentary/the-myth-of-chinese-meritocracy.
8. *Shijie ribao* [World journal], 20 de abril de 2012, A4.
9. Dev Kar and Sarah Freitas, “Illicit Financial Flows from China and the Role of Trade Misinvoicing,” *Global Financial Integrity*, Washington, D.C., outubro de 2012, iv.
10. Jia Lynn Yang, “As China’s Growth Lags, Fears of a Popping Sound,” *Washington Post*, 3 de outubro de 2012, A16.
11. Em 2009, o regime gastou 532 bilhões de yuan para se defender contra ameaças estrangeiras e 514 bilhões para manter a ordem interna. Em 2012, os valores foram 670 bilhões de yuan para os militares e 702 bilhões para “manutenção da estabilidade”. Ver “Kanshou Chen Guangcheng” [Watching Chen Guangcheng], *Shijie ribao* [World journal], 3 de maio de 2012, A4.
12. Sobre essas experiências políticas, veja de Cheng Li, “Leadership Transition in the CPC: Promising Progress and Potential Problems”, *China: An International Journal* 10 (agosto de 2012): 23–33.



Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação IFHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, através da produção de conhecimento e do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo.

Oferece uma infraestrutura virtual com um banco de dados e uma biblioteca *on-line* que facilita o acesso a instituições de pesquisa que trabalham temas relacionados à democracia na América Latina e à sua produção intelectual. Por sua vez, desenvolve pesquisas em áreas-chave para a consolidação da democracia na região, que posteriormente são discutidas com intelectuais públicos latino-americanos e transformadas em textos amplamente difundidos. Conjuntamente com 21 centros de pesquisas associados, localizados em 11 países da América Latina, realiza fóruns para promover o diálogo entre os produtores de conhecimento e os diferentes atores sociais e políticos.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesAmericaLatina.aspx>

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesBrasilAmericaSul.aspx>

Meios de comunicação e Democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#MediosComunicacion>

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Poder_politico_e_meios.pdf

Sociedade civil e democracia:

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos_abusos_e_desafios_da_sociedade_civil_na_America_Latina.pdf

Biblioteca virtual:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/BuscaPublicacoes.aspx>